



N.º 4

## ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA EFECTUADA NO DIA 15 DE JULHO DE 2011

Aos quinze dias do mês de Julho de dois mil e onze, reuniu, pelas vinte e uma horas e dezasseis minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia**:

1. **Deliberação acerca da proposta da CME referente ao pagamento, no ano de 2012, dos valores constantes do contrato de adjudicação da construção da Escola EB1 + JI de Canaviais (Plano Plurianual de Investimentos);**
2. **Apresentação, pela EDP, do Projecto “INOVCITY”;**
3. **Apresentação, Pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, do “Sistema de Protecção e a intervenção da CPCJ de Évora”.**

Estiveram presentes os Membros da Mesa:

**Presidente** – Luís Manuel Capoulas Santos

**1ª Secretária** – Maria Helena dos Santos Costa

Dada a ausência da Sra. **2ª Secretária**, o Sr. **Presidente** propôs que o seu substituto legal (o Sr. **Bruno Martins**) ocupasse o respectivo lugar, o que foi provado por unanimidade.

Feita a chamada, verificaram-se mais as seguintes presenças: Abílio Fernandes, Manuel Pedro Giões, Henrique Troncho, Joana Pastor Dias (em substituição de José Russo), Cristina Barrenho (em substituição de Paula Nobre de Deus), M.ª Elmina Lopes, M.ª Augusta Pereira, Jorge Lourido, Francisco Chalaça, Celino Silva, Florival Pinto, António Jara, Nuno Lino, Cármen Balesteros (em substituição de António Carlos Silva), António Ramos, M.ª Luísa Antunes, João Cortes, Joaquim Carrapato (em substituição de Baltazar Damas), Fernando Nunes, Silvino Costa, Baltazar Ramos, António Metrogos, Nuno de Deus, Ezequiel Romão (em substituição de José Piteira), Joaquim Pimpão, João Ricardo, António Russo, Felisberto Bravo, António Maduro, José Calado e João Rodrigues.

Faltaram os(as) Senhores(as) Rui Rosado, Ricardo Cardador, Filomena Araújo, José Cardoso, Élia Mira e José Serra.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Ernesto Oliveira, e pelos Vereadores(as) Manuel Melgão, Cláudia Pereira e António Dieb.

Aberta a sessão, o Sr. **Presidente** começou por explicar que, havendo um único ponto agendado, entendera, com a anuência dos Membros da Mesa, acrescentar duas questões que estavam pendentes, uma solicitada pela EDP e outra pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Évora, agradecendo a ambas a gentileza e a disponibilidade para exporem os seus temas.



**PONTO 1 – DELIBERAÇÃO ACERCA DA PROPOSTA DA CME REFERENTE AO PAGAMENTO, NO ANO DE 2012, DOS VALORES CONSTANTES DO CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA EB1 + JI DE CANAVIAIS (PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS)**

O Sr. **Presidente da CME** explicitou que a proposta tinha em vista solicitar a este Órgão autorização para a edilidade efectuar pagamentos, no ano de 2012, no valor de 1.278.220,20 €, ao empreiteiro Ecociaf/Certar, para dar cumprimento ao contrato celebrado para construção da Escola EB1 +JI de Canaviais, historiando, depois, que o projecto fora inscrito pela primeira vez no PPI/2009, com uma dotação de 1.400.000 € para 2010 e igual montante para o ano em curso, numa previsão total, para realização da obra, de 2.800.000 €. Mais informou que no ano transacto fora assinado o contrato com a aludida empresa para o efeito, pelo quantia de 2.443.626.56 €, sendo que, após o recebimento da primeira tranche dos fundos comunitários, houvera lugar ao pagamento à mesma no valor de 499.598,36 €, sendo que, existindo apenas cabimento, no Orçamento de 2011, no valor de 665.808,00 para liquidar o resto, era preciso que a A. M. autorizasse o acima mencionado, conforme exigência do Tribunal de Contas.

Logo após, o Sr. **Abílio Fernandes** declarou que o Tribunal de Contas tinha muita razão em não ter deixado passar o contrato em causa, porque o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias dizia claramente: «Na elaboração dos Planos Plurianuais de Investimento, em cada ano devem ser tidos em consideração os ajustamentos resultantes das execuções anteriores». Para si, a Câmara, quando apresentara, em 2010, o PPI contemplara os 665.808,00 €, devendo nessa altura ter incluído o que faltava, sendo que em 2011 voltara a não inserir, entendendo que se tratavam de falhas administrativas que deviam ser apontadas, comunicando que a bancada da CDU se iria abster.

Por sua vez, o Sr. **Florival Pinto** solicitou que o Executivo elucidasse os Membros da AME sobre o actual estado da obra, ou seja, o que estava executado e o que faltava realizar.

Depois, alertou que a soma das verbas consignadas na certidão (1.278.22,20 €, 499.598,36 € e 665808,00 €) refaziam exactamente o valor do contrato, perguntando se a que figurava na proposta (a primeira) era suficiente para o efeito.

Por último, inquiriu se a garantia do empreiteiro tornava exequível abrir a Escola no dia 15 de Setembro, tendo em conta as obras que faltavam efectuar.

Respondendo ao Sr. A. Fernandes, o Sr. **Presidente da Câmara** explicou que o facto de não se ter inscrito a quantia que faltava em nada modificaria o valor orçamentado, uma vez que a mesma apenas teria incidência no PPI, sem reflexo no Orçamento de 2011, não lhe parecendo que a falha tivesse alguma importância.

Sobre as questões postas pelo Sr. F. Pinto, esclareceu que apenas faltavam questões de pormenor para acabar a obra, tais como: algumas ligações eléctricas, colocação de vários espelhos, apontar material de laboratório e arranjos exteriores. Mais informou que o empreiteiro garantira que um mês de trabalho era o bastante para concluir os trabalhos, havendo tempo suficiente para abrir o estabelecimento no dia 15 de Setembro.



Quanto à verba contemplada na proposta, fez notar que o Tribunal de Contas não poderia visar um contrato superior àquele que fora acordado, adiantando que se viessem a ser necessários trabalhos as mais seria sempre preciso um novo contrato e um novo visto daquele organismo, não olvidando que obras extras não seriam financiadas pelos fundos comunitários.

Verificando a inexistência de mais inscrições para uso da palavra, o Sr. **Presidente** colocou à votação o 1º ponto da ordem do dia, o qual foi aprovado por maioria, com vinte votos a favor (quinze do PS, quatro do PSD e um do BE) e catorze abstenções (da CDU).

## PONTO 2 – APRESENTAÇÃO, PELA EDP, DO PROJECTO «INOV CITY»

Antes de mais, os Srs. Eng.<sup>os</sup> **Eugénio Sousa** e **Filipe Vasconcelos** agradeceram ao Sr. Presidente o facto de lhes ter dado a oportunidade de apresentarem o projecto «InovCity», da iniciativa da EDP – Distribuição, que teve como palco, para o seu projecto piloto, o concelho de Évora.

Ambos os técnicos referiram que a EDP – Distribuição estava a implementar o projecto em apreço no município de Évora, no âmbito das redes inteligentes, pretendendo divulgá-lo o mais amplamente possível, em particular pelas entidades autárquicas e demais forças vivas do concelho.

Seguidamente, explicaram o que o supracitado visava dotar a rede eléctrica de capacidade acrescida de telecontagem e de gestão remota da rede, apoio à integração de mais fontes de produção de energias renováveis e do veículo eléctrico, bem como as diferentes fases, os principais benefícios e o potencial das redes inteligentes de electricidade na poupança para os utilizadores, no ambiente e na factura energética do país.

O Sr. **Presidente** mostrou-se reconhecido com a exposição dos dois oradores e revelou que assistira nesta semana, em Bruxelas, a uma apresentação da EDP sobre a instalação de eólicas em plataformas flutuantes no oceano, classificando tal como um projecto inovador e colocando Portugal numa posição cimeira, em termos das energias renováveis.

Posteriormente, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Sr. **Henrique Troncho**, que interrogou se já existiam elementos que pudessem comparar o consumo energético antes e depois da implementação do novo sistema.

Por sua vez, o Sr. **Francisco Chalaça** opinou que, da apresentação feita, resultara uma perspectiva do lado da empresa, como, por exemplo, a diminuição do carbono, da energia e da factura em 50% da iluminação pública, perguntando para quando os benefícios para o cliente. Isto porque algumas pessoas se lhe dirigiram e comentaram que, até à data, a única coisa que tinham notado tinha sido a substituição do contador, queixando-se alguns de terem sofrido um acréscimo nas despesas com electricidade.

Reforçando a sua posição, voltou a inquirir: “*De todas essas possibilidades que foram aí apontadas, quando é que o cliente poderá beneficiar delas?*”? “*Eu poderei depois fazer a gestão do meu tarifário e optar em função da informação que me é trazida?*”



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

De imediato, falou o Sr. **António Jara**, que abordou o problema da falta de iluminação nas passadeiras para peões, interrogando se estava previsto o reforço da luz eléctrica nelas.

Por seu turno, a Sra. **Elmina Lopes** transmitiu que ouvira com muita atenção a apresentação realizada, considerando que o timing da dita poderia ter sido um pouco mais recuado no tempo, de forma a que todos os Membros pudessem ter acesso à informação mais cedo, para a poderem fornecer aos munícipes, vincando que se tratava de uma constatação e não de uma crítica incisiva.

Mais à frente disse: *“Eu penso que este processo de modernização da rede tem uma componente importante, que é a de poder incorporar na distribuição contribuições de outras entidades geradoras de energia, sendo uma forma da EDP – Distribuição estar disponível para fornecer aos clientes electricidade proveniente de origens mais variadas.*

*Depois, o Sr. Eng.º fez aqui uma observação relativa à produção, em Portugal, de energias renováveis e eu que queria que me corrigisse, se eu estiver errada. Portanto, referiu que 50% da produção nacional de energia é feita por métodos de energia renovável. Este número é impressionante, sendo óbvio que nós produzimos apenas uma parte daquilo que consumimos. A nível do contexto internacional, esta forma de trazer para a rede contributos da micro geração já estará implementada noutros países, não talvez como uma rede inteligente desta natureza, pelo que pergunto se haverão métodos mais recuados ou tecnologicamente mais tratados, mas com o mesmo tipo de capacidade a funcionar noutros países”?*

A Sra. **Cármem Balesteros** lembrou que o Sr. Eng.º E. Lemos falara em fluxo de iluminação, o que a motivou a interrogar se havia algum estudo que permitisse relacionar a variação da menor intensidade da luz com questões de segurança, não somente nas passadeiras.

Por outro lado, recordou que o Sr. Eng.º F. Vasconcelos focara o aspecto da redução de custos de manutenção, o que a incentivou a questionar se tal assunto significava a redução de postos de trabalho.

Em relação à facturação, inquiriu se o InovCity implicava que tinha havido uma diminuição do consumo efectivo, tendo em conta que lera, sobre o projecto, uma entrevista feita a Miguel Steelwell, comparando os exemplos de Évora e Oviedo, na qual dizia que tinha existido um abaixamento de 10% do gasto dos consumidores mais significativos. *“O que é que são os mais significativos”* (perguntou)? *“São aqueles que consomem em maior quantidade, como o caso das empresas, ou, pelo contrário, são os consumidores domésticos”* (idem)? *“Os consumidores domésticos, no caso de Évora, sentiram algum benefício, alguma redução”* (idem)?

Para acabar, interrogou o que fora feito aos antigos contadores.

Prontificando-se a responder às questões postas, o Sr. Eng.º **Filipe Vasconcelos** principiou por aflorar o tema do consumo energético antes e depois da implementação do InovCity, declarando que para se ter uma aferição correcta era preciso decorrer um ano, mas que, no momento, já se podia começar a tirar resultados, salientando que, no que concerne aos clientes mais significativos, a empresa já conseguira apurar uma primeira visão de uma diminuição de 10%, esclarecendo que os acima citados não eram, tipicamente, utentes residenciais, mas sim proprietários de pequenos comércios ou de micro indústrias, com consumos e potências mais elevados, sem serem considerados de média tensão.

Em aditamento às afirmações do orador anterior, o Sr. Eng.º **Eugénio Sousa** revelou que a EDP, quando arrancou com o projecto, identificou, devido ao seu perfil de consumo, um conjunto de



utilizadores, a que lhe chamou «grupo de teste», sendo que o que fosse concluído dos mesmos seria extrapolável para o universo da empresa.

Quanto aos clientes empresariais, noticiou que eles vinham sendo acompanhados com reuniões mensais, com análises de diagrama de uso, dando como exemplo a Direcção de Finanças local e o Museu de Évora.

Relativamente aos utentes domésticos, ressaltou que os novos contadores davam a medição dos três períodos tarifários do dia (vazio, cheio e ponta), informando que a maior parte dos clientes residenciais estavam numa tarifa simples, desde o princípio, acrescentando que a tarifa bi-horária (já disponível) era muito mais barata nas horas de menor gasto. A este propósito, referiu que o facto de utilizadores terem passado a ter a medição real lhes possibilitava terem uma percepção daquilo que tinham gasto no mês anterior e corrigirem hábitos de consumo.

Logo após, anunciou que, muito em breve, a empresa iria disponibilizar a todos utilizadores, através da EDP on-line, o acesso ao seu diagrama de uso, adiantando que o projecto iria potenciar a criação de nos sistemas tarifários, de modo a permitir aos mesmos, em função dos próprios diagramas, escolherem o que mais se adaptasse aos seus costumes de gasto.

Sobre a questão das passadeiras, frisou que a iluminação pública era da competência do município e que a EDP a aumentaria sempre que lhe fosse solicitado, mas alertando que ao longo de um eixo não poderiam existir níveis de iluminação muito disformes, ou seja, não se poderia privilegiar uma passadeira e logo a seguir baixar o volume da iluminação, porque a capacidade das pessoas em reagir à luz era mais lenta do que a velocidade de qualquer viatura, transmitindo a ideia que a iluminação de qualquer artéria tinha que conseguir níveis uniformes adequados.

Com respeito à segurança em geral, participou que nas zonas menos frequentadas durante a noite tinham sido colocados reguladores de fluxo, garantindo, porém, a referida uniformidade.

Voltando a discursar, o Sr. Eng.º **Filipe Vasconcelos** abordou o tema da potenciação do InovCity, em comparação com projectos internacionais, acentuando que a tendência europeia e, talvez, mundial era de aumento da micro geração, bem como que esta era limitada por questões técnicas. Para si, o novo projecto vinha potenciar a introdução de mais micro geração, garantindo toda a parte de qualidade de serviço e de sustentabilidade técnica da própria rede, sem esquecer a inclusão do veículo eléctrico, considerando os dois drivers muito importantes para criação das redes inteligentes.

Tornando a intervir, o Sr. Eng.º **Eugénio Sousa** divulgou que a micro geração já existia no momento (30 mega watts em todo o país), só que limitada por uma mera decisão administrativa, ou seja, não podia haver uma potência acumulada numa determinada rede superior a 25% da capacidade do respectivo transformador, de maneira a garantir que não existisse excesso de produção a ser injectada na rede, face aos consumos nas horas de vazio, o que implicaria aumentos da tensão na dita, acrescentando que o novo sistema conseguia condicionar a entrada de micro geração na carga utilizada.

A seguir, lembrou que a EDP tinha centrais em Sines, no Pego, em Tunes, etc., e que a energia vinha das mesmas até às casas dos utentes, alertando que no percurso haviam perdas, podendo chegar, no conjunto das redes da EDP e da REN, aos 15%, sendo que se produzisse no sítio do consumo, as perdas seriam próximas do zero.

No que toca às energias renováveis, sublinhou que nestas estavam incorporadas as hidroeléctricas, tendo estas um peso muito importante no país.

Para fechar, asseverou que, aparentemente, um projecto como aquele iria ter redução de custos de operação, mas que, em contrapartida, as fábricas dos novos contadores iriam ter necessidade de



triplicar a sua capacidade, tendo em conta que iriam ser instalados mais de nove milhões de unidades, não esquecendo que a EDP tinha tido, durante seis meses, 90 pessoas a trabalhar na substituição dos antigos.

O Sr. Eng.º **Filipe Vasconcelos** deu a conhecer que a EDP – Distribuição vinha trabalhando em colaboração com a Universidade de Évora, para tentar despertar nesta a curiosidade do projecto, adiantando que a plataforma estava aberta a acolher novas empresas e novos serviços.

Simultaneamente, participou que os contadores velhos podiam ser vendidos no mercado, se estivessem em boas condições, ou podiam ser reciclados por empresas certificadas, numa clara preocupação ambiental.

Findo o ciclo de intervenções e de esclarecimentos, o Sr. **Presidente** deu por encerrado o 2º ponto da agenda e agradeceu aos dois técnicos da EDP a gentileza e a disponibilidade demonstrada para exporem o tema em causa.

Entretanto, o Sr. Eng.º **Filipe Vasconcelos** comunicou que iria enviar ao Sr. Presidente uma cópia da apresentação feita, que poderia distribuir pelos restantes Membros da Assembleia.

### **PONTO 3 – APRESENTAÇÃO, PELA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS, DO «SISTEMA DE PROTECÇÃO E A INTERVENÇÃO DA CPCJ DE ÉVORA»**

O Sr. **Presidente** informou que a CPCJ se fizera representar por uma delegação numerosa e, certamente, qualificada, a saber: Dra. Beatriz Antunes (Presidente), Dra. Lénia Fragoso (Secretária), Rosa Borreicho (Subcomissária) e as duas cidadãs de reconhecido mérito designadas pela AME, a Dra. Mariana Galésio e a Dra. Susana Jimenez.

Depois., o Sr. Presidente facultou a palavra às Sras. Dras. **Beatriz Antunes** e **Mariana Galésio**, que efectuaram a apresentação do Relatório de 2010 e do Plano Local de Promoção e Protecção dos Direitos da Criança, a desenvolver no triénio de 2012/14, que incidirá em quatro eixos estratégicos: articulação institucional; promoção dos direitos da criança; estudo e análise da realidade concelhia; e problemáticas com maior incidência no acompanhamento da CPCJ. Esta iniciativa inserir-se-á no âmbito do Plano Integrado de acção da instituição e incluirá diversas sessões de informação/divulgação junto de diversas entidades locais, com o objectivo de dar a conhecer a Comissão e os trabalhos que justificam a sua actividade no concelho de Évora.

A Sra. Presidente também enunciou que a Comissão, que funciona no Largo de Avis, n.ºs 117 a 123, tratou, em 2010, quase duas centenas de processos, tendo actualmente 114 processos activos, ajudando crianças e jovens dos 0 aos 21 anos, em casos tão diversos como negligência, maus tratos, abuso sexual, abandono escolar, entre outros.

Posto isto, o Sr. **Presidente** agradeceu a forma brilhante como as duas entidades tinham relatado a matéria em causa, tendo ambas alertado a Assembleia para um problema para o qual, supostamente, os seus Membros podiam estar distraídos.



De imediato, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. **Henrique Troncho**, que felicitou a Mesa da A. M. por ter trazido o tema à discussão, bem como a Comissão, quer pela clareza da exposição, quer pela qualidade do trabalho que era possível ver que estava a ser desenvolvido.

De imediato, formulou as seguintes inquirições: **Primeira** - Até que ponto vinha evoluindo, segundo a experiência das dirigentes, o trabalho de cooperação inter-institucional; **Segunda** – Quais vinham a ser os principais bloqueios à actividade da Comissão, nomeadamente as questões familiares, a participação da comunidade na solução ou das próprias instituições em geral.

A Sra. **Cármen Balesteros** agradeceu a excelente apresentação que as Dras. Beatriz e Mariana tinham feito, avançando depois para uma interrogação, a saber: Tendo em conta que, no momento, 40% das crianças em Portugal estavam em situação de pobreza, que a quantidade de trabalhadores com contratos precários rondava os 2.500.000, que existiam 800.000 desempregados, com perspectiva de virem a aumentar, e que se previa uma retracção significativa (cerca de 5,5%) no PIB, se a CPCJ considerava que tinha capacidade para lidar com tais números e cortes.

Esta última intervenção motivou o Sr. **Henrique Troncho** a recordar que os casos de risco não tinham nada a ver com a pobreza, mostrando interesse em saber se a Comissão possuía dados que permitissem confirmar, ou não, se haviam crianças em risco em famílias com mais posses.

Em resposta, a Sra. Dra. **Beatriz Antunes** agradeceu os elogios feitos, enfatizando que a Comissão ia tentando melhorar o seu trabalho ao longo do tempo.

Sobre as questões colocadas, transmitiu que se sentia satisfeita com a colaboração que a CPCJ vinha tendo ao nível dos serviços e elucidou que a mesma já tinha passado por períodos mais conturbados e noutros menos, mas que, quase sempre, as instituições tentavam apoiá-la e dar-lhe resposta, até porque tinha 24 membros na comissão alargada e 8 elementos na comissão restrita, não olvidando que, no final de Dezembro/10, princípio de Janeiro/11, tinha passado um mau momento, com a perda do técnico de reforço, que era quem acudia às sinalizações em qualquer hora. Noticiou, também, que a CPCJ já estava a recorrer às Juntas de Freguesia, estando a obter algumas respostas positivas, e que não possuía um estudo pormenorizado em relação aos casos de perigo por Freguesia, mas que estava a tentar caminhar nesse sentido.

Acerca dos bloqueios à intervenção, explicou que, por vezes, as famílias, consideravam abusivo o acompanhamento e a abordagem que a Comissão lhes fazia, sendo preciso ter um cuidado muito grande nesse aspecto, bem como na articulação entre os serviços e o técnicos em cada processo. A este propósito, anunciou que vinha havendo alguma dificuldade nas instituições especializadas de acolhimento, por causa da idade de alguns jovens com 14/15 anos com percursos de vida muito complicados.

Quanto às situações de pobreza, conformou que os casos das crianças e jovens em risco eram transversais a todas as famílias, começando os problemas a surgir com a habitação, com os desempregados, com o alcoolismo e com a violência doméstica.

Em aditamento à oradora anterior, a Sra. Dra. **Mariana Galésio** disse que, no âmbito dos maus tratos, a pobreza era um factor de risco, mormente nas situações de precariedade económica dos pais e de desemprego, que, por norma, causam stress familiar, regozijando-se por ainda haver no Alentejo boa vizinhança, que acaba por ser um factor de protecção, ou seja, ainda existem alguns hábitos de as pessoas partilharem e ajudarem naquilo que é a subsistência básica, “*dependendo muito da zona*”



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

*do país e de uma série que questões paralelas, assim poderá ser um factor de risco adicional ou não”, rematou.*

Regressando ao uso da palavra, a Sra. Dra. **Beatriz Antunes** elucidou que a capacidade não dependia da Comissão, mas sim de todos, isto é, da disponibilidade que todos os serviços e cidadãos tivessem para se comprometerem com a protecção da criança, explicitando que a CPCJ era uma entidade que funcionava através da representação doutros serviços.

Posto isto, o Sr. **Presidente** classificou de excelentes os esclarecimentos prestados, achando que todos tinham ficado um pouco mais sensibilizados e tranquilos, por haver alguém que, de uma forma especial, velava pelas crianças e jovens, e que se devesse institucionalizar uma informação periódica sobre aquela temática, por forma a verificar como as coisas iam evoluindo.

Tendo a AME quatro cidadãos eleitores designados na CPCJ, a Dra. **Beatriz Antunes** lançou o repto para que houvesse uma articulação entre os mesmos e este Órgão, visando encontrar-se soluções, haver partilha e fomento de ideias, para a Comissão crescer.

Não se tendo mais ninguém inscrito para falar, o Sr. **Presidente** deu por terminado o 3º ponto da ordem de trabalhos.

### APROVAÇÃO EM MINUTA

O plenário deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta o 1.º ponto da ordem do dia desta reunião, nos termos do n.º 3 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

Na medida em que ninguém da assistência desejou intervir, o Sr. **Presidente** deu por fechada a sessão pelas vinte e três horas e trinta minutos, da qual e para constar se redigiu esta acta, que os Membros da Mesa subscrevem e assinam.

**Presidente** – Luís Manuel Capoulas Santos

**1ª Secretária** – Maria Helena dos Santos Costa

**2º Secretário** – Bruno Martins (em substituição da 1ª Secretária)

(Acta aprovada por maioria, na sessão de 24/09/2011, com 26 votos a favor e 8 abstenções)